

## DOCÊNCIA, RACISMO E AÇÕES AFIRMATIVAS ATRAVÉS DAS MÍDIAS CINEMÁTICAS

**Luciane dos Santos Avila**

Universidade Federal do Rio Grande – FURG  
Instituto de Educação – IE  
lu-aneavila@hotmail.com

**Luiz Paulo da Silva Soares**

Universidade Federal do Rio Grande – FURG  
Instituto de Educação – IE  
luizsoaresrg@gmail.com

### Resumo

A Lei 10.639/03 instituiu a obrigatoriedade da História e Cultura Afro-Brasileira nos currículos oficiais das escolas públicas e privadas do país, principalmente nas áreas de artes, história e literatura. Diante disso, o objetivo deste trabalho é analisar como é representado o trabalho docente ao abordar o racismo no contexto escolar, mídias cinemáticas e as ações afirmativas. Para tanto, utilizaremos como ponto de partida a análise do curta-metragem *Alguém falou de racismo*, que trata da questão de preconceito racial, racismo recreativo e ações afirmativas no contexto escolar. Para isso, utiliza-se a mídia contemporânea, que possibilita a compreensão através da relação emissor – mensagem – meio – receptor, no processo de cognição desta temática. Assim, este trabalho, pretende discutir e refletir sobre o racismo e suas várias facetas, além de não deixar silenciar tal questão no âmbito escolar, identificando suas manifestações e estimulando o respeito mútuo para com os semelhantes. Consideramos também que a formação do preconceito não é algo novo na sociedade brasileira e mundial. Tal problemática possui uma construção histórica que precisa ser reflexivamente debatida em todos os setores da sociedade com o objetivo de combater os processos discriminatórios presentes há séculos, que no Brasil atingem, principalmente, pessoas negras e indígenas.

**Palavras-chave:** Ações Afirmativas; Ensino; Racismo; Cinema.



## Abstract

Law 10,639/03 established the obligation of History and Afro-Brazilian Culture in the official curricula of public and private schools in the country, especially in the areas of arts, history and literature. Thus, the aim of this study is to analyze how teachers' work is represented in addressing racism in the school context, cinematic media and affirmative action. To this end, we will use as a starting point the analysis of the short film *Someone spoke of racism*, which deals with the issue of racial prejudice, racism and recreational affirmative action in the school context. For this, it uses contemporary media, which enables understanding through issuer relationship - Message - Middle - receiver, in the cognition of this thematic process. Thus, this work aims to discuss and reflect on racism and its various facets, and not let silence that question in school core, identifying its manifestations and encouraging mutual respect towards their fellow men. We also believe that the formation of prejudice is not something new in the Brazilian and world society. Such a problem has a historical building that needs to be thoughtfully debated in all sectors of society in order to combat discriminatory present cases for centuries, which in Brazil have mainly black and indigenous people.

**Keywords:** Affirmative Action; Education; Racism; Movies.

## Considerações Iniciais

O presente trabalho tem por objetivo analisar a película “Alguém falou de racismo”, dirigido por Daniel Caetano e Claudius Ceccon, em específico, como ocorrem as relações raciais no contexto escolar através das mídias cinemáticas. A representação fílmica apresenta o imaginário social brasileiro, a história inicia quando a professora solicita que as/os estudantes façam uma redação relatando o que serão daqui a dez anos. A personagem *Daniele* ao responder que almeja fazer medicina é motivo de deboche por parte da turma, o colega *Ronaldo* manda a mesma acordar, pois é “neginha”, “bonequinha de pixe” que no máximo deve sonhar em ser enfermeira.

*“O discurso da piada é impulsionado pela ideologia hegemônica de determinada época, sendo uma concepção de mundo concreta. O riso decorrente da piada estabelece uma*



*relação de empatia entre o emissor e o receptor do discurso. (...) Ao Rir de determinadas piadas, os indivíduos demonstram estar aparentemente de acordo com suas mensagens.” (Fonseca, 2012, p.35)*

A hegemonia branca na educação superior no Brasil torna um elemento risível o fato de uma jovem negra almejar o curso de medicina, além dessa constatação “traz embutida em sua mensagem as ideias de humilhação e de correção de certos “defeitos” e “imperfeições” tidos como inerentes à sua natureza biológica “inferior” e ao seu legado cultural atrasado. (Fonseca, 2012, p.33)

Nesse contexto, no qual uma tarefa escolar acaba por impulsionar uma situação racista à docente intervém a fim de problematizar a questão. Para dirimir a problemática a professora sugere que o grupo de estudantes envolvidos na situação do racismo procure o professor de História, o mesmo solicita que elas/eles assistam a um vídeo, no qual a temática central é a questão racial. Essa pesquisa ficou demarcada, as pessoas que vivenciaram a situação, para após discutir seus entendimentos com a turma, dessa forma limita a discussão que poderia ocorrer se toda a turma tivesse acesso aos materiais ofertados pelo docente.

A lei 10.639/03 ampara a perspectiva de que toda a comunidade escolar deve apreender sobre essas questões e determina a obrigatoriedade do ensino de história da África e da cultura afro-brasileira nas escolas brasileiras. Essa normativa foi uma importante conquista do Movimento Negro, para que o Brasil conheça essa relevante parte de sua história. Segundo Maria Helena Souza,

*“Apesar da promulgação da lei 10.639/03 constituir-se em uma proposta às demandas do Movimento Negro e a todos aqueles que vem lutando por uma sociedade brasileira mais democrática, a sua aplicação não tem sido uma tarefa fácil: muitas vezes, os professores não se sentem motivados em cumprir leis que consideram vir de escalões superiores, não se sentem preparados para lidar com a questão e têm aqueles que ainda acreditam no mito da democracia racial ou acreditam que tocar nesse tema é tocar na, ferida, “referindo o silêncio para não, provocar constrangimentos”.”. (Souza, M., 2009, p.8)*

O personagem, Joel, professor de história, afirma que para compreender a discriminação é necessário ir às origens, para isso disponibiliza aos estudantes gravuras, vídeos e uma câmera para que gravem depoimentos de transeuntes sobre essa questão. O mito da democracia racial é uma alegoria social presente na



mentalidade brasileira. É relevante pontuar que a “raça é o conceito com o qual construímos a noção de pertencimento a partir de diferentes marcas biológicas que nos colocaria em patamares mais puros ou híbridos, marcados como raças inferiores ou superiores.” (Fabris, 2004, p. 8-9). Em dado momento o saber biológico, percebia seres humanos com diferentes raças alicerçados em seus biótipos, este conhecimento foi refutado com dados científicos que somente existe uma única raça: a humana. Mesmo com essa comprovação através da ciência, o imaginário social de raças inferiores e superiores, em certas instâncias, ainda nos interpelam.

Nesse ínterim, o curta-metragem – *Alguém falou de racismo* – queremos debater e discutir questões que dizem respeito à inserção do negro, tanto no mercado de trabalho, quanto na educação e em outras áreas de cidadania, como instigar reflexões plurais baseadas nas variáveis do capital cultural. Onde, o curta produzido por Daniel e Claudius evidencia, diferentes posições em relação as oportunidades que são ofertadas as pessoas negras. A personagem, Fátima, estudante, branca, explicita sua compreensão de igualdade ao identificar que todos são iguais e que os negros permanecem pobres por preguiça e falta de esforço. É refutada por Felipe, estudante, negro, compreende que somente com o branqueamento existe uma ascensão social, contrariando a mentalidade que negros/as são indolentes.

Conforme o Diplomata Manuel de Oliveira Lima, compreendia um projeto de nação racista para o Brasil,

*“A imigração crescente dos povos de raça branca, a seleção sexual, o desaparecimento dos prejuízos de raça que cooperam para extinção à breve trecho dos mestiços no Brasil, país que se tornará no futuro , e não em um futuro longínquo tudo leva a crer, um viveiro branco e um foco de civilização latina.”* (Lima *apud* Fonseca, 2009, p.78)

Esse era o ideal pretendido para o Brasil, no qual a civilização estava ligada a evolução branca e a degeneração não-branca. A harmonia racial presente no imaginário social brasileiro, das três raças (indígenas, negra, branca) é ilusória quando identificamos o projeto de país almejado no século XIX, no qual o branco europeu era o ideal civilizatório almejado.

*“No caso particular do Brasil, esse etnocentrismo do branco em relação ao negron e ao não-branco em geral teve e tem como função exatamente estabelecer fronteiras hierárquicas do ponto de vista étnico para que essas etnias consideradas inferiores não*



*possam transpô-las através da mobilidade social vertical individual ou massiva. Fecha-se, assim, o leque de oportunidades para membros considerados inferiores. Isto aconteceu desde o Brasil colônia e durante todo o período imperial, proseguindo, com modificações modernizações, até os nossos dias".* (Moura, 1990, p. 215-216)

Para realizar o desenvolvimento deste trabalho, o aporte metodológico empregado foi à semiótica, que tem por intento, auxiliar no estudo de fenômenos culturais, segundo Eco (2007), a mesma analisa os modos de significação que rodeiam os homens. Aliado à semiótica utilizou-se como sistema de análise complementar a análise de conteúdo, que de acordo com Bardin consiste em um “conjunto de instrumentos metodológicos que asseguram a objetividade, sistematização e influência aplicadas aos discursos diversos.” (Bardin, 1977, p. 42). Ainda, segundo Bardin, a análise de conteúdo configura-se em:

*“(...) um conjunto de técnicas (...) procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, obter indicadores quantitativos ou não, que permitem a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/ recepção (variáveis inferidas) das mensagens”.* (Bardin, 1977, p. 160).

Este trabalho é realizado no âmbito dos Estudos Culturais. Segundo Ana Carolina Escosteguy (1998), os trabalhos que compreendem a esta vertente teórica enfocam uma coletânea de materiais que podem ser analisados sob diferentes ângulos, utilizando uma multiplicidade de artefatos que possibilitam na interpretação e reinterpretação das singularidades presentes nesses materiais. No caso deste trabalho investigativo, elencamos a mídia cinemática como foco para compreender a questão da docência, do racismo e das ações afirmativas no ambiente escolar.

Santos (2007) aborda as relações sociais no âmbito escolar, sobre isso, a referida autora aborda que:

*“O cotidiano escolar, por sua vez, retrata um dos espaços de convivência entre as pessoas, possibilitando a socialização e a integração de crianças, adolescentes, jovens e adultos. Desse modo, podemos dizer que o cotidiano escolar não se constitui em algo estático, mas em movimento que oportuniza aos indivíduos se construírem mutuamente. Esse espaço, também, pode reproduzir as formas de relação presentes na sociedade, dentre elas as raciais.”* (Santos, 2007, p.27).

Munanga (1990) corrobora com este pensamento ao exemplificar que,



*“Existem várias maneiras ou formas de expressar e praticar o racismo: rejeição verbal, evitação, discriminação, agressão física, etc. Na rejeição verbal, a hostilidade racial se expressa através da injúria ou da brincadeira, enquanto em outras situações o racista pode preferir evitar pacificamente o contato com os membros do grupo detestado. A discriminação racial no sentido estrito da palavra é praticada quando a igualdade de tratamento é negada a uma pessoa ou a um grupo de pessoas em razão de sua origem racial.” (Munanga, 1990, p.53)*

Cabe frisar ainda que, a questão do racismo pode acabar influenciando no rendimento escolar dos estudantes no ensino das escolas públicas e privadas brasileiras. A ausência de iniciativas diante de conflitos raciais entre alunos e alunas mantém o quadro de discriminação. Diante desses conflitos, o “silêncio” revela conivência com tais procedimentos” (Cavalleiro, 2001, p.153). Por isso, recomenda-se que o professor debata o racismo com seriedade, aprofundando e problematizando o tema com toda a classe, para que não ocorra mais casos de racismo no âmbito escolar. Podem ocorrer entre os discente controvérsias, principalmente porque estamos inseridos em uma sociedade racializada que pouco reflexiona sobre o racismo. O professor que se omite ao realizar este debate somente contribuirá para que o preconceito no Brasil continue.

Levando em consideração as informação acima, Boni exemplifica que:

*“Mesmo admitindo o racismo e o preconceito no cotidiano da escola através das relações sociais, a aplicação da lei não é vista como importante por alguns professores por acreditarem no mito da democracia racial, que iguala a todos para apagar as diferenças, criando uma pseudo harmonia entre os atores sociais.” (Boni, 2007, p.4)*

É inquestionável que a Lei Federal 10.639/2003 foi o resultado da luta do movimento negro que perdurou por muitos anos. Após o sancionamento da mesma no ano de 2003, tornou obrigatório o ensino da cultura afro-brasileira e africana na educação básica. Uma das formas de instrumentalizar a docência na reflexão sobre a história do Brasil, é o estudo deste através das mídias cinemáticas, pois, as narrativas fílmicas fomentam debates acerca das relações étnico-raciais, rompendo assim, com o silenciamento existente nos currículos das escolas brasileiras sobre a História e Cultura Afro-Brasileira.

Sobre a utilização do cinema em sala de aula, Cousin (2012) disserta que o cinema envolve uma gama de informações que podem ser problematizadas pelos professores (as), e estes possuem a tarefa de articular as discussões através dos



significados do filme com o conteúdo conceitual em sala de aula. O cinema é muito mais que apenas um filme, ele é um modo de arte. A própria arte cinematográfica e suas narrativas são endereçadas para um público específico. Sendo assim, uma pedagogia cultural, que produz, e que está carregada de significados.

Destarte, ao nos apropriarmos do uso do cinema na escola em atividades sobre questões sobre preconceito ou temática racial obteremos uma abordagem de maior profundidade e ao mesmo tempo acessibilidade. Configura-se então, uma metodologia que possa ser utilizada por profissionais da área de ensino para que a inserção da lei 10.639/03 cumpra o papel pelo qual foi idealizada. Sendo que os símbolos e imagens são linguagens que nos auxiliam na compreensão do passado, as tecnologias da informação e da comunicação propiciam a criação de um espaço de construção de novos conhecimentos por meio da reflexão, da curiosidade e criticidade do/a educando/a.

Vale lembrar que os Parâmetros Curriculares Nacionais (1999) abordam em seu corpus sobre a utilização didática do cinema em sala de aula pelos professores. De acordo com este documento oficial,

*“No caso de trabalho didático com filmes que abordam temas históricos é comum a preocupação do professor em verificar se a reconstituição das vestimentas é ou não precisa, se os cenários são ou não fiéis, se os diálogos são ou não autênticos. Um filme abordando temas históricos ou de ficção pode ser trabalhado como documento, se o professor tiver a consciência de que as informações extraídas estão mais diretamente ligadas à época em que a película foi produzida do que à época que retrata. É preciso antes de tudo ter em mente que a fita está impregnada de valores, compreensões, visões de mundo, tentativas de explicação, de reconstituição, de recriação, de criação livre e artística, de inserção de cenários históricos construídos intencionalmente ou não por seus autores, diretores, produtores, pesquisadores, cenógrafos etc.” (Brasil, 1998, p. 88).*

### **O Cinema como Produtor de Pedagogias**

Sugere-se ao professor que a mídia cinemática, enquanto artefato cultural produtora de pedagogias, de sentidos de significados, não seja utilizada como ilustração de conteúdos, mas sim que esta mídia faça parte do currículo, e pertencendo ao currículo, a mesma é carregada de singularidades. Sendo permeada de significados, Ferro (2010, p.33) expõe que ao trabalhar com filmes, devemos



“analisar (...) principalmente a narrativa, o cenário, o texto, as relações do filme com o que não é filme: o autor, a produção, o público, a crítica, o regime”. Isso irá acarretar em uma compreensão da sociedade que o representa. Seguindo o pensamento do autor, o filme deve ser analisado como um todo, principalmente no que se refere a sua narrativa, e todos os outros meandros que envolvem a História. Dessa forma, o docente que utiliza o cinema como recurso didático, deve estar atento que, a análise crítica do mesmo deve ser sempre uma das principais características.

Uma importante atividade que pode ser realizada em sala de aula para desconstruir o racismo na escola é a utilização de um conjunto de mídias cinemáticas no âmbito escolar, sendo esta, uma proposta de abordagem alternativa em relação aos livros didáticos, que muitas vezes são vistos como artefatos de ensino tradicionais. Não estamos em hipótese alguma dizendo que os livros didáticos são desnecessários, mas sim, que eles são vistos como tal por muitos professores. Cabe salientar que as obras cinematográficas exprimem inúmeras possibilidades de serem abordadas em sala de aula, desta forma, acabam contemplando as demandas da lei 10.639/03. De acordo com Edileiza Souza:

*“Na sala de aula, como em qualquer espaço educativo, o cinema é um rico material didático. Agente socializante e socializador, ele desperta interesses teóricos, questionamentos sociopolíticos, enriquecimento cultural. E cada vez mais, tem-se intensificado o número de programas educativos e formativos em que o cinema é utilizado como um dos aparatos tecnológicos da educação.”* (Souza, 2006, p.9).

Dessa forma, Felipe e Teruya apontam que

*“Ao utilizar o filme como fonte de estudo ou como ferramenta pedagógica que visa a construir uma sociedade multirracial com base na diversidade cultural, é preciso trabalhar em uma perspectiva crítica. Ou seja, perceber que o registro das ações humanas, representadas na tela, precisa ser decodificado e interpretado, muitas vezes desconstruídos, porque os filmes trazem em suas narrativas um discurso, uma representação do real que geralmente estão eivados de ideologias.”* (Felipe; Teruya, 2011, p. 10-11).

Podemos constatar nos excertos acima que é valioso a utilização do cinema em sala de aula, pois, proporciona aos discentes uma maior interação sensitiva assim facilitando sua compreensão (uma abordagem mais visual) do que será estudando, aguçando a consciência crítica de cada um deles a cerca do tema. A película tem o

intuito de sensibilizar o(a) expectado(a)r, para que este perceba o mito da democracia racial em nosso país.

Ao refletir sobre o contexto histórico a Princesa Isabel é representada, no filme, como a redentora da população negra, embora com a assinatura da lei a monarquia assumia o papel legal para o fim da permanência do trabalho escravizado no país, por isso, se faz necessário identificar que as ações da população africana e negra brasileira, bem como acontecimentos externos foram primordiais para que essa política fosse efetivada.

*“Infelizmente, a lei Áurea não expressou na realidade a libertação dos negros escravizados, pois muitos já se encontravam em liberdade por sua conta e risco, sobretudo na luta que empreenderam durante os séculos de escravidão no Brasil. Ela atingiu apenas 5,6% de escravizados no período imperial, segundo dados da época (Chiavenato, 1986), ou seja, menos de 1 milhão de negros de uma população estimada de 15 milhões de habitantes.” (Fonseca, 2009, p. 64).*

Esse fato ocorreu em decorrência de outras legislações anteriores a essa, nenhuma delas foi um movimento de benevolência. A lei do ventre livre, sexagenário e fim do tráfico foram regulamentos realizados devido a pressões internas, embora a normativa procurou alimentar a marginalização da população negra ou atender a interesses externos, como os da Inglaterra que desejava aumentar seu mercado consumidor libertando cativos e cativas. Como pontuado na mídia cinemática “Alguém falou de racismo”, após a abolição não houve projeto de inserção de ex-escravizados na sociedade, é necessário frisar que também não houve coibição estrutural para que essa prática não existisse em larga escala.

A película, produzida em 2002, não chega a abordar cotas em universidades federais, discute amplamente a definição de ações afirmativas e o quanto as mesmas são importantes para inserção da população excluída e para reparação de injustiças históricas. Nascimento expõe que, “A importância fundamental das políticas de ação afirmativa está no fato de que são políticas de recomposição do social, do econômico, do político e do cultural, pois abalam estruturas constituídas e naturalizadas na sociedade” (2003, p. 03).

O número de estudantes de escolas públicas na Educação Superior aumentou consideravelmente após a adoção da Lei 12.711/2012, na qual dispõe, sobre o acesso em universidades federais e no ensino técnico no Brasil. Considerando o recorte racial desse regulamento, negros e indígenas ingressam através dessa política pública. A



normativa causou intenso debate na sociedade, o mesmo não ocorreu com a Lei 5.465/1968. Compreendendo que essa lei privilegiou uma pequena parcela da sociedade e durou de 1968 a 1985,

*“Art. 1º. Os estabelecimentos de ensino médio agrícola e as escolas superiores de Agricultura e Veterinária, mantidos pela União, reservarão, anualmente, de preferência, de 50% (cinquenta por cento) de suas vagas a candidatos agricultores ou filhos destes, proprietários ou não de terras, que residam com suas famílias na zona rural e 30% (trinta por cento) a agricultores ou filhos destes, proprietários ou não de terras, que residam em cidades ou vilas que não possuam estabelecimentos de ensino médio.” (Brasil, 1968).*

A conhecida Lei do Boi contou com apoio estatal e não contribuiu, em larga escala, para diminuir as desigualdades sociais presentes na sociedade brasileira. Em contraponto, a Lei de cotas são: “efetiva ação política de cunho estatal que visa construir um novo pacto social, mas com recorte etnicoracial, a fim de minimizar a enorme distância social entre negros e brancos” (Fonseca, 2009, p.111).

O curta-metragem analisado, *Alguém falou de racismo*, aborda a complexidade do racismo nacional. Ao citar o artista Catoni, é explicitado que compôs um dos mais belos sambas conhecidos, mas nunca gravou um disco.

*“A imagem não fala por si só. É necessário que o professor haja com um certo grau de perspicácia ao trabalhar/discutir as imagens inseridas nos conteúdos das obras didáticas, tanto no que diz respeito às que foram incorporadas ao texto quanto em relação as que apenas ilustram o conteúdo abordado. Os livros didáticos são ricos em ilustrações, o que pode causar prejuízos, em algumas situações, ao texto. Por essa razão, não devem ser encaradas como substitutas deste”. (Azevedo, 2005, p. 10).*

Nesse sentido, Matos assevera que,

*“(...) o professor ao se dispor a utilizar o cinema como recurso didático, não deve pensar que ele por si mesmo é capaz de estabelecer um processo de ensino-aprendizagem, pois, não o é. O professor é a peça chave em todo esse planejamento, pois é ele quem deve estabelecer quais são os objetivos para a utilização desse recurso.” (Matos, 2012, p. 32-33).*

Nesse sentido, o processo de marginalização resultou que muitos talentos, em diferentes áreas, não são reconhecidos. Abordar esse viés em sala de aula é necessário para questionar preconceitos internalizados no imaginário e trabalhar com as múltiplas culturas e identidades sociais.

Vale lembrar o pensamento de Stuart Hall ao escrever *A identidade cultural na pós-modernidade*, onde o mesmo assevera que “a identidade torna-se uma “celebração móvel”: formada e transformada continuamente em relação às formas pelas quais somos representados ou interpelados pelos sistemas culturais que nos rodeiam” (Hall, 2006, p. 12). Através da perspectiva apresentada pelo autor, podemos constatar que a escola e todos os meios de comunicação em massa, como por exemplo o cinema, exercem a função de formadores de subjetividades dos atores sociais, apresentando ou não aos mesmos uma gama de valores e costumes que acabam nos interpelando, e de forma inconsciente muitas vezes as internalizamos sem contestar os motivos dessa interpelação.

Nesse cenário cultural, Hall afirma ainda que:

*“a cultura não é apenas uma viagem de redescoberta, uma viagem de retorno. Não é uma “arqueologia”. A cultura é uma produção. Tem sua matéria prima, seus recursos, seu “trabalho produtivo”. Depende de um conhecimento da tradição enquanto “o mesmo em mutação” e de um conjunto efeito de genealogias. Mas o que esse “desvio através de seus passados” faz é nos capacitar, através da cultura, a nos produzir a nós mesmos de novo, como novos tipos de sujeitos. Portanto, não é questão do que as tradições fazem de nós, mas daquilo que nós fazemos de nossas tradições. Paradoxalmente, nossas identidades culturais, em qualquer forma acabada, estão à nossa frente. Estamos sempre em formação cultural. A cultura não é uma questão de ontologia, de ser, mas de se tornar.”* (Hall, 2006, p. 43.)

Soma-se a isso, a relevância do trabalho com as mídias cinemáticas. As mesmas se tornam uma alternativa para fomentar o debate sobre racismo institucionalizado na sociedade brasileira, através de arquétipos produzidos pela indústria televisiva e cinematográfica que institucionaliza um determinado estereótipo do negro, apresentando os mesmos como incapazes. Como apresentado no curta-metragem analisado, onde a adolescente pretende cursar medicina, mas os colegas afirmam que ela não pode se tornar médica, visto que é negra, e sendo negra no máximo poderá se formar em enfermagem, constatamos aqui o racismo recreativo que é terreno fértil para a estigmatização da população negra em nosso país.

Seguindo esta ideia, no filme a tarefa solicitada pelo professor é que os/as estudantes saiam as ruas para entrevistar pessoas, questioná-las sobre onde estarão daqui a dez anos e se podem relatar alguma experiência na qual foram vítimas de preconceito. Esse material foi apresentado para toda a turma, composta em sua



maioria de pessoas negras. Infelizmente, essa não é a realidade brasileira, dados de 1980 identificam que "(...) apenas 1,1% dos negros concluíram o antigo segundo grau (atual ensino médio) e que, enquanto 20% dos brancos apreciam essa categoria (Fonseca, 2009, p.98). Em relação ao Ensino Superior "Ou seja, apenas 16 milhões de jovens- em um universo de cerca de 80 milhões no Brasil, segundo dados do censo de 2000- conseguiram chegar a esse nível de ensino". (Fonseca, 2009, p.99).

Ao apresentar o resultado do trabalho de pesquisa dos/das discentes é possível observar, as perspectivas para daqui a dez anos das pessoas entrevistadas são: poder trabalhar e educar os/as filhos/as, acabar a universidade e trabalhar na área e namorar. Ao questionar sobre preconceito racial e/ou discriminação,

*"O preconceito inclui as relações entre pessoas e grupos humanos e a concepção que o indivíduo tem dos outros e de si mesmo. (...) Poderíamos dizer que o racismo é a forma de preconceito que desencadeia atitudes de caráter negativo- estereótipos, interiorização, omissão dos fatos de sua história, visão distorcida de sua raça e de sua condição – e incide sobre um segmento racial específico, no caso brasileiro, a população negra e indígena. Já a discriminação pode ser considerada a prática do racismo e do preconceito. É a adoção de práticas que provocam a dominação de determinados grupos sobre os outros."* (Miranda, 2010, p.14)

Um dos entrevistados respondeu que não, enquanto outra participante, colocou, que compreende ilusório as pessoas negras que relatam que nunca sofreram preconceito. Conforme a mesma existe pessoas que não admitem esse fato. Desnaturalizar o racismo em uma sociedade, como a brasileira, no qual o racismo recreativo e as opressões são representados como sutis é relevante. Houve relatos de que em ônibus os únicos a ser revistados foram os negros, definido nesse contexto como o único suspeito. Homens negros são atingidos por uma política higienista que os coloca no topo da pirâmide quando a questão é a violência.

A estética da mulher negra também é abordada, uma das participantes expõe que ao procurar serviço é preterida, pois seu cabelo é "duro". Nos últimos anos cresceu um movimento de valorização dos cabelos naturais e constante denuncia de locais que discriminam negras por esse motivo. A afetividade negra, a rotina em universidades privadas e relações cotidianas são apresentadas. A linguagem dos filmes possibilita que diferentes temas possam ser trabalhados em sala, e despertam interesse da maioria e nesse sentido, temas, como por exemplo, o racismo no contexto escolar possam ser discutidos.



### Considerações Finais

Desde que a Lei Federal 10.639/03, foi promulgada, seu intuito maior é promover uma educação onde a diversidade cultural brasileira seja valorizada, de modo a findar com as discriminações raciais existentes em nosso país. Dessa forma, não basta apenas argumentar, sobre o racismo, é preciso historicizar e debater este com os estudantes. Ao abordar a docência, o racismo e o cinema como produtor de significados, este trabalho torna-se relevante e instigante pois, a abordagem visual que a película possui acaba tornando o ensino-aprendizagem dos/as educandos/as mais significativa. Soma-se a isso, o fato de que o professor pode explorar a questão da segregação racial que sistematicamente a sociedade brasileira impôs aos negros.

O racismo é institucionalizado e a escola não está fora desse contexto, a docente que articula de maneira a intervir e permitir a reflexão em casos de preconceito desnaturaliza relações racializadas no qual pessoas negras são motivo de piada. Identificar os processos históricos foi pontual para que imaginários de “negros preguiçosos” que sequer podem almejar carreiras como medicina, seja percebida como parte de uma estrutura de manutenção de privilégio no qual somente a elite poderia acessar.

As mídias cinemáticas são um excelente instrumento no auxílio do trabalho docente, mas é imprescindível que os/as mesmos/as estejam capacitados/as para debater o conteúdo analisado. O filme demonstrou que uma atividade corriqueira em sala de aula pode contribuir para problematizações de temas como o racismo no ambiente escolar, além de fortalecer que estudantes vítimas de preconceito não se calem frente a essas situações.

### Fonte Fílmica

Alguem Falou de Racismo? 2002, Direção: Ceccon, C.. Caetano, D.. Curta-metragem, 23min.

### Referências Bibliográficas

Azevedo, E. M. de. (2005). Livro didático: uma abordagem histórica e reflexões a respeito de seu uso em sala de aula. *Cadernos da FUCAMP*, 4(4), 105-116. Disponível em: <<http://www.fucamp.edu.br/editora/index.php/cadernos/article/view/69/61>> Acesso em 19 de janeiro de 2016.



- Bardin, L.. (1977). *Análise de Conteúdo*. Lisboa: Edições 70.
- Boni, M. (2007). *Formação Docente para a Lei 10.639/03 CEFAPRO/SINOP*. Cuiabá. Brasil. *Lei nº 5.465, de 3 de Julho de 1968*. Disponível em:<  
<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-5465-3-julho-1968-358564-publicacaooriginal-1-pl.html>> Acesso em 29 de Janeiro de 2016.
- Brasil. *Lei Nº 12.711, de 29 de Agosto de 2012*. Disponível em:<  
[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm)> Acesso em 29 de Janeiro de 2016.
- Brasil. Ministério da Educação e Cultura. (1998) *Parâmetros Curriculares Nacionais: Ensino Fundamental II*. Brasília: Autor.
- Cousin, M. P. (2009). *O Mundo em Cinemascope: A contribuição do cinema para o ensino de geografia*. [Trabalho de Conclusão de Curso em Geografia – Universidade Federal do Rio Grande – FURG]. Rio Grande.
- Escotegui, A. C. (1998). Uma Introdução aos Estudos Culturais. *Revista FAMECOS: mídia cultura e tecnologia*, 9.
- Felipe, D. A. & Teruya, T. K. (2011). Filmes e História e Cultura Afrobrasileira e Africana em Sala de Aula: Essa relação é possível?. IN.: Anais do Seminário de Pesquisa do PPE. Universidade Estadual de Maringá, Maringá/PR.
- Ferro, M. (1976). Filme: uma contra-análise da sociedade? In: *HISTÓRIA: novos objetos* (pp. 199-215). Rio de Janeiro: Francisco Alves.
- Fabris, E. T. H. (2004). Histórias que os Filmes Brasileiros Não Contam: o aparente silêncio da raça/etnia negra na docência. In: *I Seminário Brasileiro de Estudos Culturais em Educação: poder, identidade e diferença*. Canoas/RS.
- Fonseca, D. J. (2012). *Você conhece aquela?; a piada e o racismo à brasileira*. São Paulo: Selo Negro.
- Fonseca, D. J. (2009). *Políticas Públicas e Ações Afirmativas*. São Paulo: Selo Negro.
- Hall, S. (2006). *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A.
- Matos, J. S. (2012). Os filmes como recurso didático no ensino de História. In J. S. Matos & G. C. P. Kreninski (Orgs.). *Formação Continuada em História: Formação de Professores – Reflexões sobre o ensino de História* (pp.25-36). Rio Grande: Pluscon.
- Moura, C. (1990). *As injustiças de Clio. O negro na historiografia brasileira*. Belo Horizonte: Oficina de Livros.
- Miranda, C. E. A. (2010). *A educação pelo cinema*. Disponível em <  
[cineducfaeufmg.files.wordpress.com/2010/11/miranda-cea-educ-cinema.pdf](http://cineducfaeufmg.files.wordpress.com/2010/11/miranda-cea-educ-cinema.pdf)>



Acesso em 12 janeiro de 2016.

Miranda, S. A. de. (2010). *Diversidade e ações afirmativas: combatendo as desigualdades sociais*. Belo Horizonte: Autêntica Editora.

Nascimento, A. (2003). As Políticas de Ação Afirmativa como instrumentos de universalização dos direitos. *Revista Lugar Comum*, 18, 55-62. Disponível em: <<http://www.ufgd.edu.br/reitoria/neab/downloads/as-politicas-de-acao-afirmativa-comoinstrumentos-de-universalizacao-dos-direitos-alexandre-do-nascimento>>

Acesso em 18 de janeiro de 2016.

Santos, Â. M. (2007). *Vozes e Silêncio do Cotidiano Escolar – as relações raciais entre alunos negros e não-negros*. Cuiabá: UFMT/IE.

Souza, E. P. (Org.). (2006). *Negritude, Cinema e Educação: caminhos para a implementação da lei 10.639/2003*. Belo Horizonte: Mazza Edições.

Souza, M. E. V. (org.). (2009). *Relações raciais no cotidiano escolar. diálogos com a Lei 10.639/03*. Rio de Janeiro: Rovel.